

Boletim Linha Viva do Sintergia: "A criminosa venda da Eletrobras", revista Focus.

Compartilhamos abaixo o boletim Linha Viva do Sintergia, divulgado hoje, sobre matéria publicada na revista Focus Brasil, da Fundação Perseu Abramo (clique [aqui](#) para o site da publicação).



SINTERGIA-RJ
Linha Viva
BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO
Av. Marechal Floriano, 199/10º andar - Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20080-005 - Tel.: 3529-0392 - E-mail: sintergiapress@gmail.com

ECONOMIA

A CRIMINOSA VENDA DA ELETROBRÁS

Lula volta à carga na crítica à privatização da holding e, na Câmara, frente parlamentar quer reestatizar a empresa de energia. "Sem energia, a gente não consegue avançar no desenvolvimento nacional", diz o deputado Alencar Santana (PT-SP)

18 | FOCUSBRASIL de 2023

tenha a quantidade de votos para a quantidade de ações que ela tem", disse Lula. Na semana passada, a Advocacia Geral da União recorreu ao Supremo Tribunal Federal para questionar pontos da privatização. O caso está na mão do ministro Nunes Marques.

Na Câmara, parlamentares estão se mobilizando para reverter a venda da holding. O presidente da Frente Parlamentar Mista pela Reestatização da Eletrobras, deputado federal Alencar Santana (PT-SP) aponta que a privatização da empresa, feita a toque de caixa no último ano, foi "um verdadeiro acinte à Constituição".

"Não dá para o Brasil abrir mão da sua gestão de energia elétrica, aliás como um todo. Energia significa desenvolvimento, crescimento. Precisamos de mais energia para suportar o crescimento, com uma demanda imensa", disse. "Sem energia, a gente não consegue avançar e por isso é tão importante a União e o Estado brasileira ter influência na gestão, ditar as normas, regras e a política principalmente do setor elétrico através da Eletrobras".

No ano passado, durante audiência no Tribunal de Contas da União, o relator do processo, ministro Vital do Rêgo disse que o valor de venda da companhia havia sido subavaliado. O governo estimava receber R\$ 67 bilhões. O TCU diz que o valor correto seria ao menos R\$ 140 bilhões. Mas Bolsonaro montou operação de venda por R\$ 36 bilhões. Para Lula, o dinheiro serviu para pagar juros da dívida.

"Para que o governo anterior queira o dinheiro? Queria levar o dinheiro para levar para o Tesouro da dívida interna dele, ou seja, vendeu uma estatal para pagar juros. Hoje, nós não temos uma estatal e ainda estamos devendo muito. O governo tem 43% das ações. Mas, no conselho de administração, só tem direito a um voto.

Os nossos 40 só valem um. Quem tem 3%, tem o mesmo direito do governo. Então, nós entramos na Justiça para que o governo tenha a quantidade de votos de acordo com a quantidade de ações que a gente tem", justificou Lula.

Segundo Alencar, a frente parlamentar quer ampliar o debate na sociedade brasileira sobre a retomada do controle acionário da Eletrobras pelo governo federal e assim garantir a segurança energética ao povo brasileiro. "Toda empresa privada, ela almeja tão somente o lucro. Ela não quer levar energia para uma comunidade pequena como o presidente Lula já levou, como o Lula para Todos, sem a iniciativa privada cobrar um

energético e soberania nacional. Para o governo Lula, dilapidar o patrimônio público nacional e entregá-lo à iniciativa privada retrocede o país a um passado de mais de três décadas. Além disso, o Brasil vai na contramão do restante do mundo. Diversos países voltaram atrás em relação à privatização de suas estatais como a Austrália, Estados Unidos e a Alemanha, que por uma questão de segurança nacional, impediram investimentos estrangeiros no setor de energia.

O Canadá e a Noruega mantêm importantes ativos energéticos nas mãos do Estado. Nos países europeus, a distribuição de energia é em geral estatal e com capital nacional. Na França, o estado detém 84% das ações da empresa EDF. Na Itália, é proibido a um investidor individual deter mais de 3% do capital total de uma empresa de energia. Cabe ao governo responder a todas as lacunas e contradições desta que é, para as grandes corporações, um grande negócio.

A AGU ajuizou uma ação em 5 de maio no STF pedindo aos ministros que deem maior poder de voto à União na Eletrobras, uma vez que ela é a acionista majoritária. Com Lula, a União se insurgiu contra dispositivos da Lei de Desestatização da Eletrobras que limitaram o poder de voto dos acionistas majoritários, fortalecendo, assim, os acionistas minoritários da empresa.

O objetivo da ação é assegurar o direito da União de votar, como acionista da Eletrobras, de forma proporcional à participação que ela detém no capital social da empresa. Mesmo após a privatização, a União possui cerca de 43% das ações ordinárias da companhia — considerado o controle direto e outras formas de participação. Porém, pela lei de desestatização, a União teve seu poder de voto reduzido a menos de 10% do capital votante. *

R\$ 140 BI
foi o valor que o TCU avaliou no valor de venda das ações da Eletrobras. O governo Bolsonaro abriu mão do controle acionário por R\$ 36 bilhões

outro alto, nos pontos, nas linhas de transmissão e o próprio custo da energia elétrica", destacou.

"Diferentemente de uma companhia pública, que tem o dever de fornecer energia a todos a preços bem mais módicos. Então, eles aumentaram o salário dos acionistas para mais de R\$ 300 mil [para uma] reunião de conselheiros; quer dizer, fizeram inúmeros aumentos", antecedeu. "Onda vão compensar tudo isso? No aumento da energia elétrica, no custo da energia elétrica que o brasileiro paga. Por isso, nós queremos que a Eletrobras seja reestatizada".

O setor elétrico é considerado estratégico para o Brasil. A privatização trouxe riscos à segurança

Focus Brasil, 22 de Maio de 2023 9

Compartilhem esse informe com os colegas e compareçam!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nos logos abaixo](#)).

A diretoria, 22 de maio de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

